

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL****ATA DA QUARTA REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL**

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, com a presença de quorum mínimo dos Conselheiros Titulares e Suplentes, conforme assinaturas constantes na lista de presença e sob a presidência da Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, realizou-se a 4ª Reunião Extraordinária. A Secretária Executiva, Denise Liberato, abre a sessão explicando o novo sistema de votações onde os conselheiros levantam as placas referentes a seu segmento quando estão a favor do assunto em votação, enfatizando que cada segmento tem direito a um só voto e que o suplente somente terá direito a voto quando o titular não estiver presente. A Secretária Eliane Parreiras toma a palavra, cumprimenta o plenário, explica os motivos do adiamento desta reunião do dia 04/04/2014, para 16/04/2014 devido à posse do novo Governador do Estado que aconteceu no dia 04/04/2014, data anteriormente marcada para esta reunião e agradece a compreensão daqueles que entenderam a situação. Explica que nesta data estaria exonerada e que por isto não poderia conduzir a reunião do Consec e informa que será realizada uma apresentação pela Superintendente de Interiorização e Ação Cultural, Jananína Cunha, sobre o andamento dos trabalhos na construção do Plano Estadual de Cultura. Além disso, solicita que quando houver convidados para participarem das reuniões, comuniquem à Denise Liberato com três dias de antecedência, para que se possa pensar a logística e a infraestrutura para recebe-los com conforto. Adriana Perrella, do segmento de dança, diz que desconhecia as regras e cita o caso de não ter sido permitida a sua presença na reunião do Núcleo Executivo de Elaboração do Plano Estadual de Cultura. A Secretária Eliane Parreiras informa que as regras para a atuação deste grupo foram discutidas pelo Consec na 7ª Reunião Ordinária e a conselheira estava ausente na ocasião, mas que estão relatadas na ata que já foi inclusive enviada e aprovada pelo conselho. Sula Mavrudis questiona a forma de funcionamento do Consec em relação a convidados, pois muitas vezes os conselheiros divulgam junto ao seu segmento as reuniões e diz que são públicas, não têm confirmações de presença e não podem informar nem quantidade e nem nome(s) de convidados. Eliane Parreiras sugere que os conselheiros informem aos seus convidados que é necessária esta comunicação prévia, lembrando que nas primeiras reuniões do Consec foi acordado que os interessados em participar das reuniões deveriam se inscrever no site da SEC e/ou do Consec. Em seguida, a Superintendente de Interiorização e Ação Cultural Jananína Cunha, faz um relato sobre o andamento do trabalho de elaboração do Plano Estadual de Cultura. Esclarece que a regra de não ser permitida a presença de quem não faz parte do Núcleo Executivo de Elaboração do Plano Estadual de Cultura nas reuniões foi decisão do Consec. O Chefe de Gabinete, Leonardo Bahia, lê textualmente a ata da 2ª Reunião Extraordinária que estabelece a composição do Núcleo Executivo de Elaboração do Plano Estadual de

49 Cultura. A Secretária Eliane Parreiras apresenta regras já definidas em lei para a renovação  
50 do Consec e as questões a serem decididas pelo Conselho. O plenário é consultado sobre o  
51 voto único por segmento de representação e sobre o voto aberto ou secreto. É aprovado o  
52 voto único por segmento e votação aberta. Maria Andrada, do segmento Patrimônio  
53 Histórico e Artístico, sugere como regra para candidatura à recondução uma frequência  
54 mínima nas reuniões do Consec. A falta das listas de presença nesta reunião impede uma  
55 conferência e Aníbal Macedo sugere que o plenário, ao fazer as escolhas, leve este quesito  
56 em consideração. A Secretária Eliane Parreiras informa que foi enviado email a todos os  
57 conselheiros pedindo que os conselheiros ausentes que tivessem interesse na recondução se  
58 manifestassem por email. O conselheiro Paulo Morais justificou sua ausência por e-mail e  
59 explicitou seu desejo de concorrer à recondução. O conselheiro José Geraldo D'Angelo,  
60 também ausente nesta reunião do Consec, manifestou, por meio do conselheiro Rubem, seu  
61 desejo de não ser reconduzido a um novo mandato. Assim, o plenário votou o aceite da  
62 candidatura de Paulo Morais. Maria Andrada, Magdalena Rodrigues, Rubem dos Reis, Sula  
63 Mavrudis e Aníbal Macedo se candidatam à recondução. Eliane Parreiras esclarece que a  
64 decisão por reconduzir conselheiros se baseia na Lei Delegada nº 180 de 2011 e no Decreto  
65 45.652 que permite a recondução de até 5 conselheiros. A intenção da Lei é garantir a  
66 continuidade e se manter a memória do trabalho já realizado até então. Thiago Maia do  
67 Segmento de Entidades de Trabalhadores e Empresariais, questiona se havendo recondução  
68 de um suplente, há também inversão de cargo para o qual o conselheiro foi eleito. Surge  
69 então uma dúvida sobre a sua legitimidade e propõe-se que o tema seja discutido. Sérgio  
70 Borges indaga sobre a possibilidade de um conselheiro titular não se interessar pela  
71 recondução e renunciar para dar a vaga de titular ao seu suplente. Rubem dos Reis defende  
72 que os reconduzidos sejam efetivados como titulares. Mila também defende esta tese já que  
73 os conselheiros que serão reconduzidos darão continuidade ao legado desta gestão do  
74 CONSEC. Eliane Parreiras coloca a questão em votação e o resultado foi de 11 votos a  
75 favor da recondução dos conselheiros para o cargo titular havendo uma abstenção. Os  
76 conselheiros interessados na recondução tiveram dois minutos de desefa à sua candidatura.  
77 Em seguida, foi aberta a votação para recondução dos conselheiros à condição de titular por  
78 meio de eleição aberta e cada segmento tendo direito a apenas um voto. O resultado do  
79 plenário foi o seguinte:

- 80 - Paulo Morais – Segmento Produção Cultural – 5 votos;
- 81 - Aníbal Macedo – Segmento Literatura, Livro e Leitura – 14 votos;
- 82 - Magdalena Rodrigues – segmento das Entidades de Trabalhadores e das Entidades  
83 Empresariais – 13 votos;
- 84 - Maria Andrada – Segmento Patrimônio Histórico e Artístico – 12 votos;
- 85 - Rubem dos Reis- Segmento de Teatro – 14 votos e
- 86 - Sula Mavrudis – Segmento de Dança e Circo – 12 votos.

87 Desta forma, serão reconduzidos os conselheiros Aníbal Macedo, Rubem dos Reis,  
88 Magdalena Rodrigues, Maria Andrada e Sula Mavrudis. Em seguida foi colocada em  
89 discussão a composição da comissão eleitoral. A Secretária Eliane Parreiras relatou como  
90 foi a eleição passada, as atribuições da comissão eleitoral e sugeriu uma composição para a  
91 comissão com 8 membros, sendo 3 (três) da SEC, 4 (quatro) do Consec e 1 (um) da  
92 ALMG. Deliberou-se que os membros reconduzidos ao CONSEC participarão da Comissão  
93 Eleitoral. Eliane Parreiras explica o calendário sugerido para a eleição, sendo a posse  
94 definida para 05 de agosto, encerramento das eleições em 02 de julho, publicação do  
95 regimento eleitoral até 09 de junho e a publicação do edital entre 05 de maio e 20 de junho.  
96 Após a consolidação dos dados das inscrições dos candidatos indicados pelas entidades  
97 através de seus currículos, haverá a divulgação e publicação dos aptos a concorrer. Mila  
98 Batista foi indicada como membro da comissão eleitoral, que foi aceita pelo plenário e pela  
99 conselheira. Magdalena Rodrigues é convidada e aceita. Rubem dos Reis e Maria Andrada

100 são convidados mas, como moram em outros municípios, participarão da comissão  
101 eleitoral, mas com a ressalva de que farão o acompanhamento do processo por meio virtual,  
102 se manifestando sempre que solicitados. O plenário votou e aceitou, por unanimidade, a  
103 comissão eleitoral. Foi dada a palavra ao conselheiro Aníbal Macedo, que representou o  
104 Consec no Fórum de Políticas Culturais do Minc, para relatar o evento. Cita que os  
105 conselhos dos demais Estados não realizam reuniões com a regularidade e a constância que  
106 o Consec realiza. Levanta a questão da utilização do mapeamento macro regional feito pela  
107 Seplag e indaga sobre a elaboração de mapeamento por regiões culturais. Diz que a  
108 representante da Regional do MinC, em Belo Horizonte, estaria em conversações com a  
109 SEC sobre escolas para capacitação de gestores municipais de cultura. Após fazer o relato,  
110 solicita que sejam encaminhados ao Consec convites dos eventos de cunho artístico  
111 realizados no Circuito Cultural Praça da Liberdade. Eliane Parreiras informa que já havia  
112 iniciado o processo de negociações que envolviam o MinC e a UEMG com foco em  
113 capacitação à distância, mas que sobre escolas não tinha conhecimento e diz que acha boa a  
114 ideia. Aníbal Macedo sugere que a Escola do Legislativo poderia ser acionada para isto.  
115 Eliane Parreiras informa que nos editais de eventos realizados no Circuito Cultural Praça da  
116 Liberdade é dada a orientação de convidar os segmentos pertinentes do Consec. Aníbal  
117 Macedo informa sobre os editais abertos do MinC. Eliane Parreiras fala sobre as regras do  
118 edital do setor de áudio visual propostas pelo Minc para os Estados. Eliane Parreiras  
119 informa ao CONSEC que a Secretaria de Estado de Cultura de Estado de Minas Gerais está  
120 em conversações com o Ministério da Cultura para melhor entendimento do projeto. Aníbal  
121 Macedo informa que a próxima reunião do Fórum de Políticas Culturais terá como foco o  
122 fomento e financiamento da cultura e questiona se o Estado tem participação no fórum.  
123 Diz que a Assembléia irá iniciar discussões sobre o PPAG de 2015, sugere que os  
124 conselheiros enviem projetos, programas e idéias nas diversas áreas da cultura para serem  
125 avaliados pela ALMG, pois há uma promessa da Comissão de Cultura de ajudar nos  
126 encaminhamentos visando o aumento dos recursos destinados à cultura em Minas Gerais.  
127 Além disto, solicita que na próxima reunião entre na pauta o tema “Política Pública para  
128 Literatura, Livro e Leitura” com a presença da Superintendente de Bibliotecas Públicas e  
129 Suplemento Literário, Catiara Afonso. Aproveita para sugerir que a Câmara de  
130 Democratização, Regionalização e Acesso se reúna com mais frequência, pois há demandas  
131 do interior. Eliane Parreiras informa que o Estado está junto ao MinC desde o início do  
132 Fórum de Políticas Culturais, mas que o mesmo está focando suas ações na política pública  
133 nacional, o que limita a participação dos Estados, mas que o Consec em conjunto com a  
134 SEC poderia solicitar a inclusão de debates dentro do fórum no sentido de ampliar o debate  
135 de políticas públicas do Estado. Makely Oliveira diz que a nova configuração do Consec  
136 deveria contemplar representantes de cada região do estado, considerando a dificuldade do  
137 governo chegar ao interior. A Secretária Eliane Parreiras explica que a composição do  
138 Consec é definida pela Lei Delegada nº 180 e que solicitação de mudanças na mesma  
139 devem ser encaminhadas à ALMG. Explica que o Estado não fará este encaminhamento  
140 porque defende um modelo mais enxuto de conselho e que o Governo do Estado de Minas  
141 Gerais não tem objeção que propostas de mudanças sejam sugeridas e encaminhadas à  
142 ALMG. Quanto aos segmentos, poderiam ser alterados desde que os interessados  
143 apresentem uma proposta ao plenário do Consec para ser apreciada e se aprovada, dar  
144 encaminhamento para a alteração do Decreto. Aníbal Macedo solicita que a discussão sobre  
145 a questão dos segmentos faça parte da pauta da próxima reunião. Eliane Parreiras pede que  
146 tragam uma proposta concreta, informa que a utilização das macro regiões baseada na  
147 divisão da Seplag se deve a uma série de indicadores que só se obtém com esta divisão e o  
148 mais importante deles é o que define a divisão dos recursos do Estado. Alerta que caso o  
149 Consec queira fazer uma regionalização cultural do estado alguns indicadores serão  
150 perdidos. Clodoália Nobre complementa, explicando como foi concebida esta

151 regionalização. A Secretária Eliane Parreiras diz que a questão levantada sobre a lista  
152 tríplice, que consta da Lei Delegada 180, foi complementada pelo Decreto nº 45.652 que  
153 define a lista apenas para a primeira eleição e que, se houver solicitação para alteração da  
154 Lei deve-se solicitar a retirada da lista tríplice da mesma, pois uma revogação do Decreto  
155 acarreta um retorno ao texto original da Lei. Maria Andrada fala sobre a Câmara do  
156 Patrimônio e Memória e justifica a falta de reuniões. Adriana Perrella solicita um  
157 formulário ou um escopo das informações que cada segmento deve enviar para compor os  
158 trabalhos do Núcleo Executivo de Elaboração do Plano Estadual de Cultura, além das datas  
159 limites para envio. Leonardo Bahia informa que Daniela Varela irá enviar este escopo e  
160 informações básicas necessárias. Magdalena Rodrigues faz um relato sobre o processo de  
161 construção do Plano Estadual de Cultura. Aníbal Macedo sugere que nas reuniões que  
162 houver apresentação dos trabalhos do Núcleo Executivo de Elaboração do Plano Estadual  
163 de Cultura, seja frisado na pauta de que se trata de assunto muito relevante e que os  
164 conselheiros sejam convocados para que desta forma, o Conselho tenha um quórum  
165 elevado. Ocorreram debates sobre apresentações de demandas setoriais para o Plano  
166 Estadual de Cultura, sobre o baixo quórum que tem ocorrido nas reuniões e foi levantada a  
167 hipótese de se aumentar o número de suplentes, o que só poderia ocorrer após modificação  
168 no Regimento Interno e nas outras legislações. A Secretária Eliane Parreiras propõe que,  
169 em função do prazo muito curto, o Edital e o Regimento Eleitoral sejam enviados por e-  
170 mail para validação pelos conselheiros, com o que concordam os presentes. Secretária  
171 apresenta que o decreto 46.606 – Regimento Interno determina que quem indica os  
172 candidatos da Sociedade Civil ao CONSEC são as entidades representativas de cada  
173 segmento. Abre-se a discussão sobre a definição do que seriam entidades representativas  
174 chegando-se a conclusão no plenário, de que deve ser mantida a descrição de como estava  
175 definido no edital passado. Em seguida discute-se sobre quem terá direito a voto. Após  
176 amplo debate sobre este tema, levando-se em conta aspectos operacionais e de viabilidade,  
177 os membros presentes indicam que são considerados eleitores apenas pessoas jurídicas.